



# Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

*Junho de 2018*

*Relatório completo [aqui](#)*

**Felipe Salto**

Diretor-Executivo da IFI

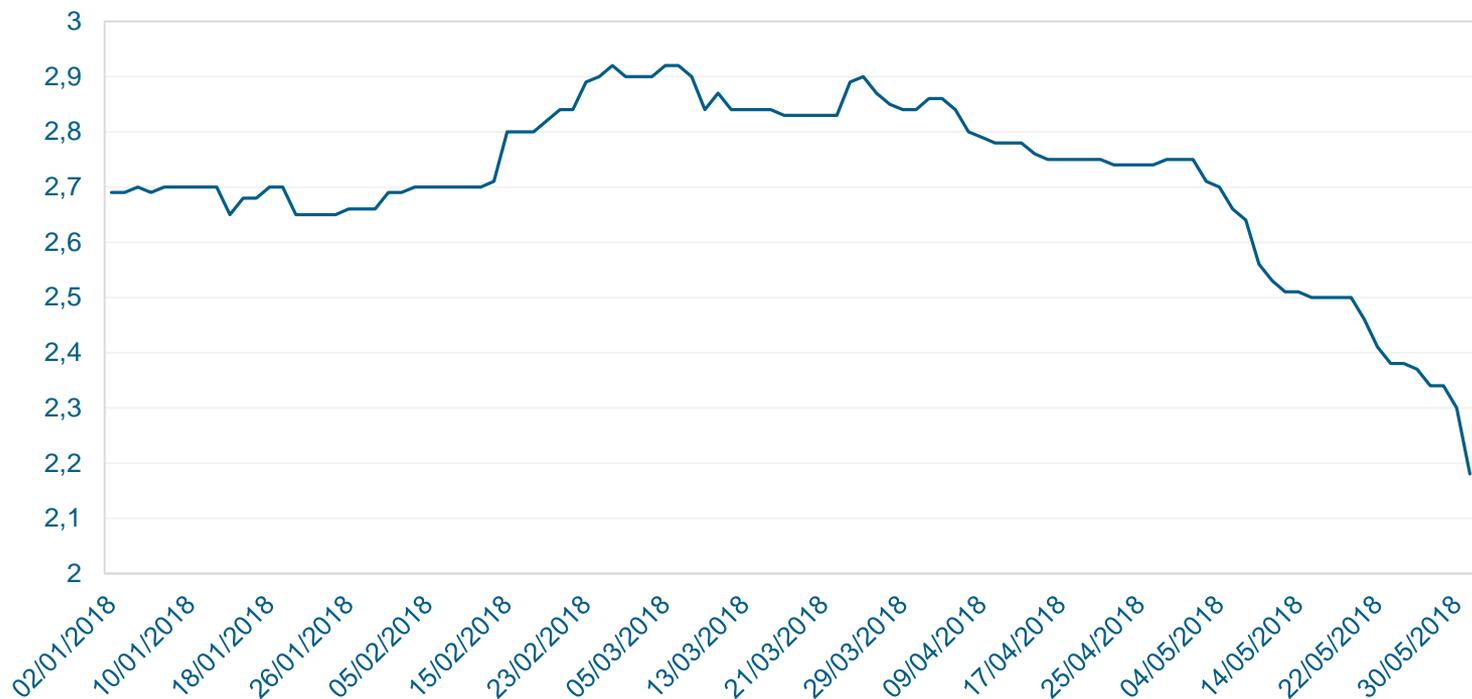
Brasília, 11 de junho de 2018

- As dificuldades enfrentadas pela economia argentina e as paralisações do transporte de cargas ocorridas em maio devem produzir efeitos negativos sobre a atividade, representando novos fatores a condicionar a revisão do PIB.
- A recuperação gradual da atividade tem contribuído para a melhora da arrecadação. Contudo, desempenho recente ainda é particularmente influenciado por receitas não recorrentes e pouco correlacionadas com a atividade.
- Déficit primário elevado e conta de juros mantêm elevada a necessidade de financiamento do setor público, pressionando a dívida. Desvalorização cambial e volume de reservas suavizam trajetória de alta na dívida líquida.
- Carga tributária terminou 2017 em 32,30%, percentual muito próximo dos 32,34% do ano anterior, o que indica manutenção da tendência de estabilidade dos últimos anos.
- A participação das entidades e fundos para-fiscais (Sistema S e FGTS), municípios e em menor medida estados na apropriação da receita tributária total tem aumentado, em detrimento da fatia federal.
- Após o 1º quadrimestre, o Executivo prevê déficit primário de R\$ 152,8 bi para 2018, R\$ 6,2 bi inferior à meta (R\$ 159,0 bi). Assim, pelo critério da meta de resultado primário, haveria espaço para ampliação de despesas. Entretanto, isso não será possível, dado que o total das despesas primárias já se encontra muito próximo ao teto de gastos para o exercício.
- As projeções do governo divulgadas em maio ainda não levam em conta as medidas do governo em resposta à greve dos caminhoneiros, as quais deverão impactar negativamente o déficit no ano em mais de R\$ 7,0 bi.

- A retomada do crescimento econômico tem ocorrido em ritmo lento. O resultado do PIB do primeiro trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior veio 0,2 ponto percentual abaixo do esperado pela IFI e deixou um carregamento estatístico de 0,9% para o crescimento de 2018, o que reforça o viés de baixa da projeção do ano (atualmente em 2,7%).
- As dificuldades enfrentadas pela economia argentina e as paralisações do transporte de cargas ocorridas ao longo de maio devem produzir efeitos negativos sobre a atividade produtiva, representando novos fatores a condicionar a revisão do PIB.
- A revisão da estimativa da IFI para o PIB de 2018 será calibrada e oficializada quando houver informações mais precisas para a quantificação desses impactos. Os efeitos das paralisações devem aparecer de forma mais clara nas pesquisas conjunturais de maio, como a produção industrial, as vendas no varejo e a receita do setor de serviços do IBGE, e nos índices de confiança de junho.

- As estimativas de mercado para o PIB de 2018 obtidas no Boletim Focus divulgado pelo Banco Central foram ajustadas para 2,18%.

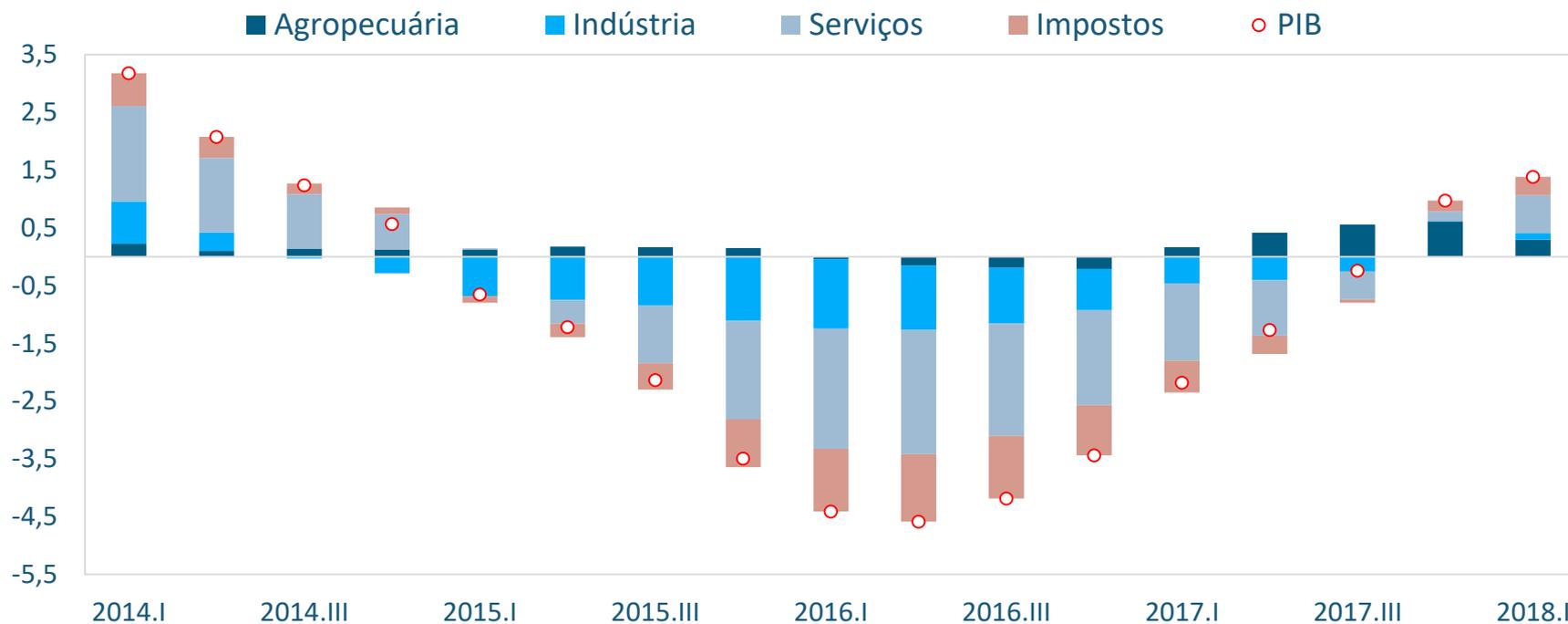
**MEDIANA DAS ESTIMATIVAS DE MERCADO PARA O PIB DE 2018**



Fonte: Banco Central.

- Em termos de contribuição, o setor de serviços adicionou 0,6 ponto percentual ao resultado do PIB acumulado em quatro trimestres, seguido pela agropecuária (0,3 p.p.) e pela indústria (0,1 p.p.).

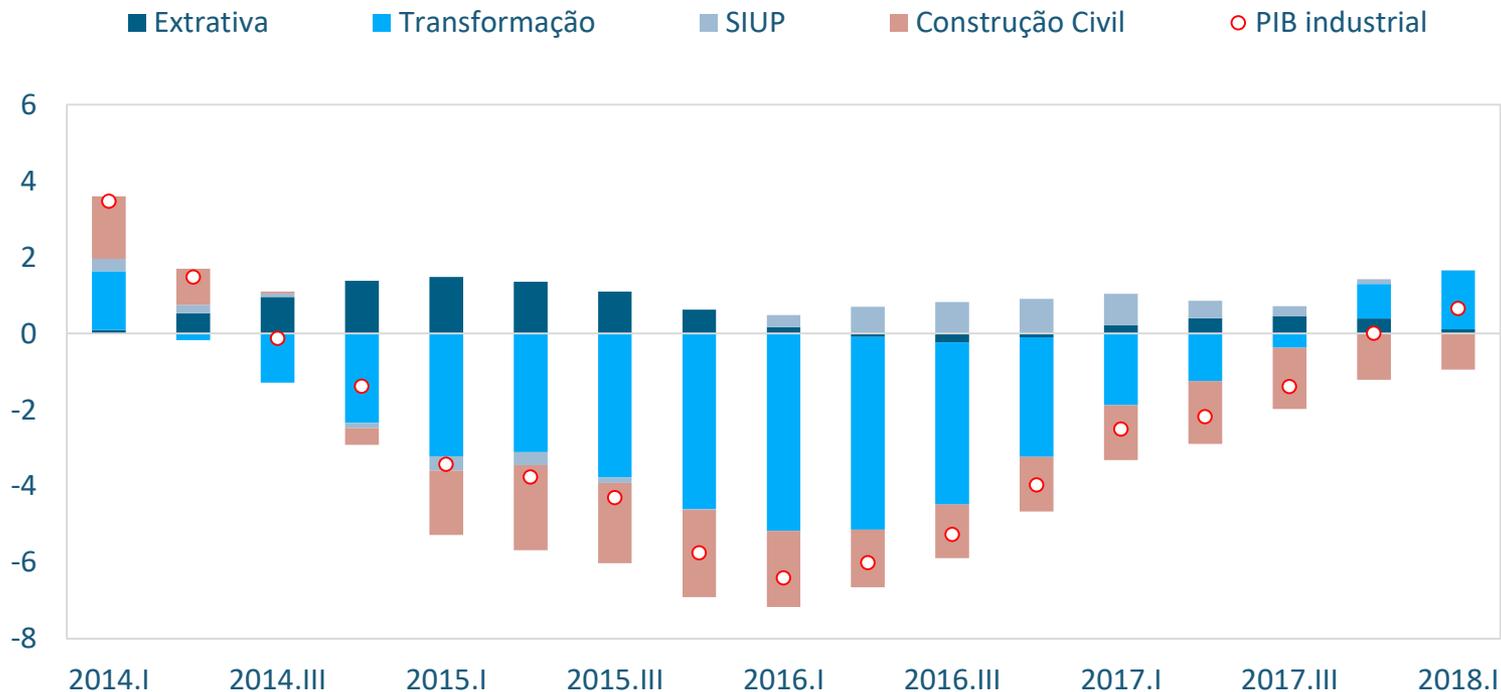
## CONTRIBUIÇÕES EM P.P. PARA O CRESCIMENTO DO PIB ACUM. EM 4 TRIMESTRES



Fonte: IBGE.

- Contração da atividade da construção civil subtraiu 0,9 ponto percentual da taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres do PIB industrial.

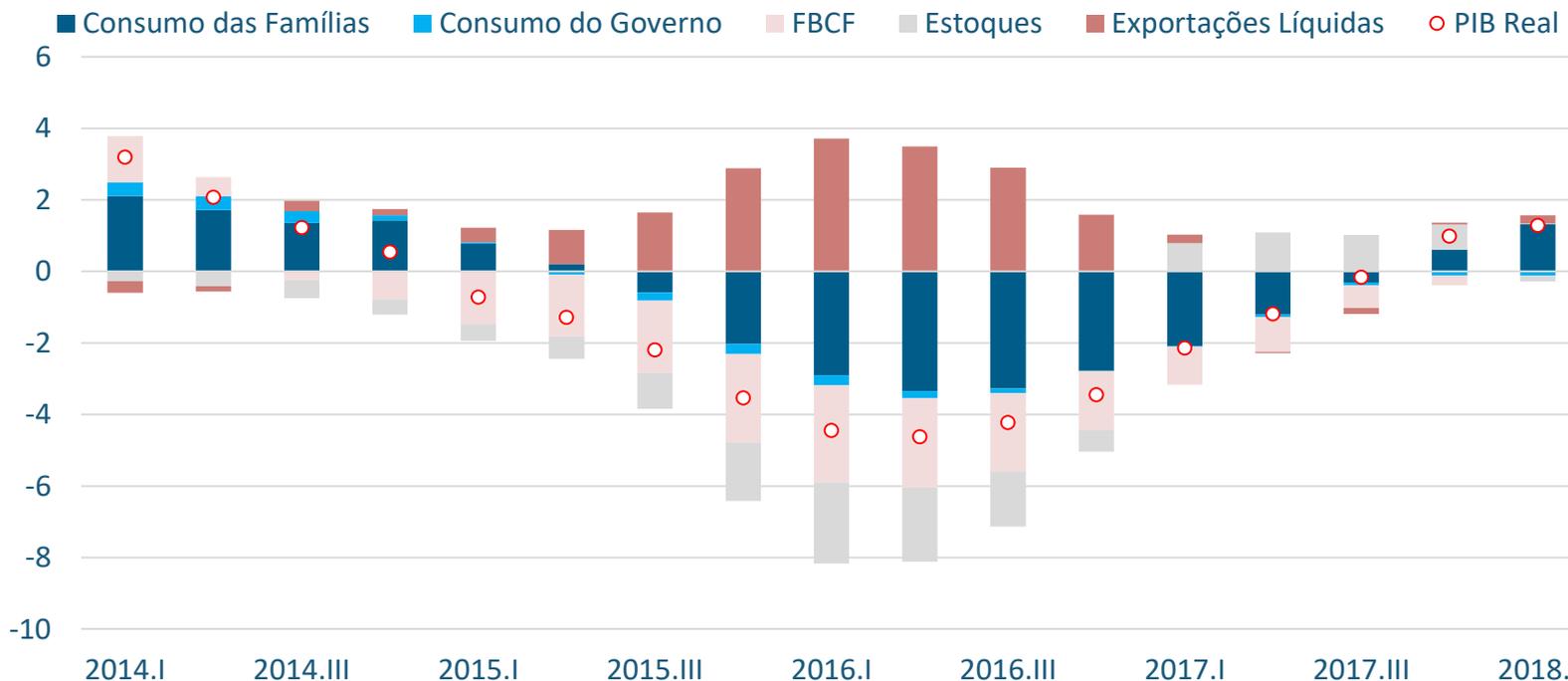
## CONTRIBUIÇÕES EM P.P. PARA O CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL EM 4 TRIMESTRES



Fonte: IBGE.

- As contribuições da absorção doméstica, composta pelo consumo das famílias (1,3 p.p.), do governo (-0,1 p.p.) e investimentos (-0,1 p.p.), e da demanda externa (exportações líquidas) foram de 1,1 p.p. e 0,2 p.p.

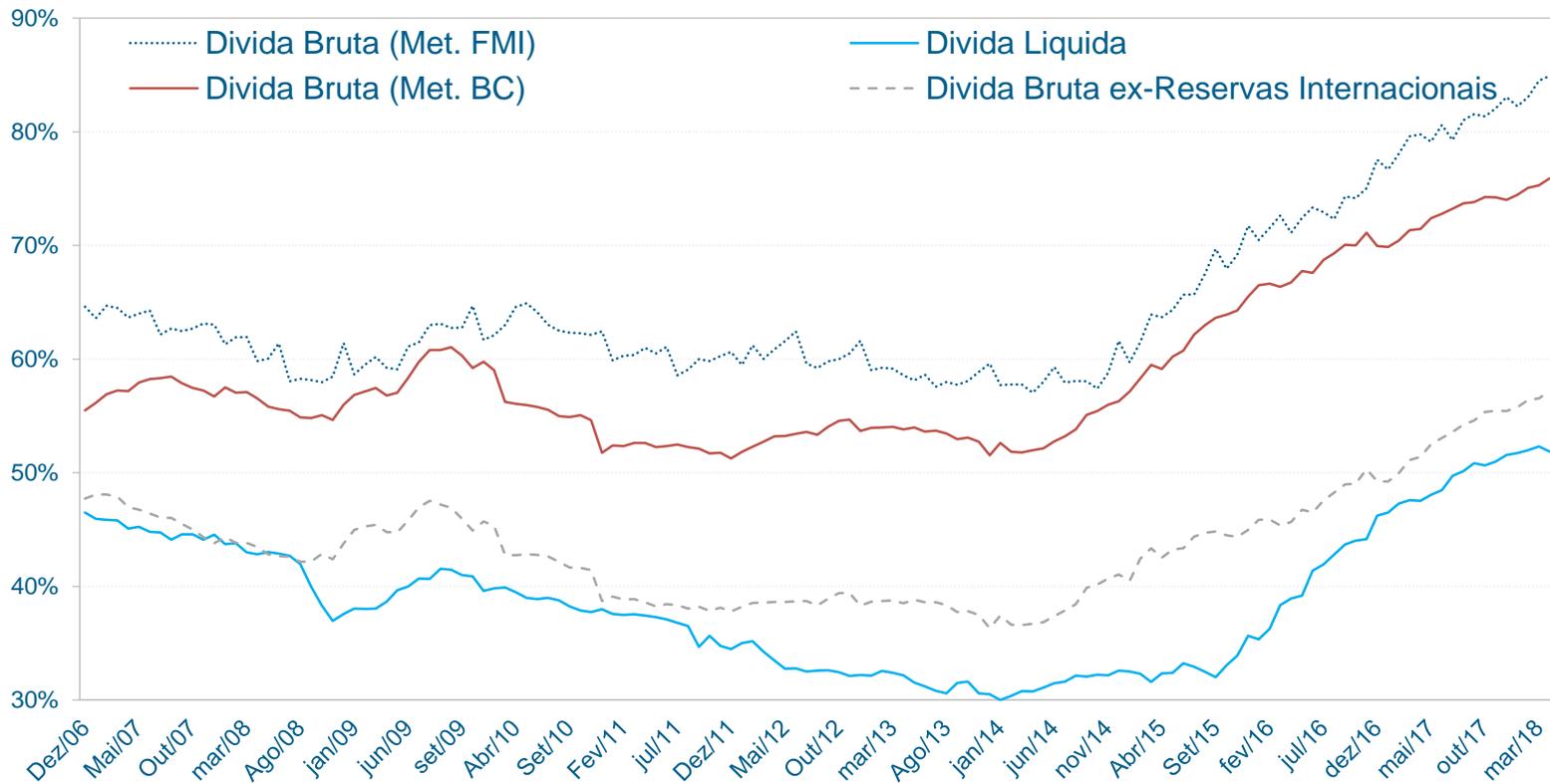
## CONTRIBUIÇÕES EM P.P. PARA O CRESCIMENTO DO PIB ACUM. EM 4 TRIMESTRES



Fonte: IBGE.

- Déficit primário elevado e conta de juros mantêm as necessidades de financiamento do setor público em patamar elevado, pressionando o endividamento público. Desvalorização cambial e elevado volume de reservas suavizam trajetória de alta na dívida líquida.

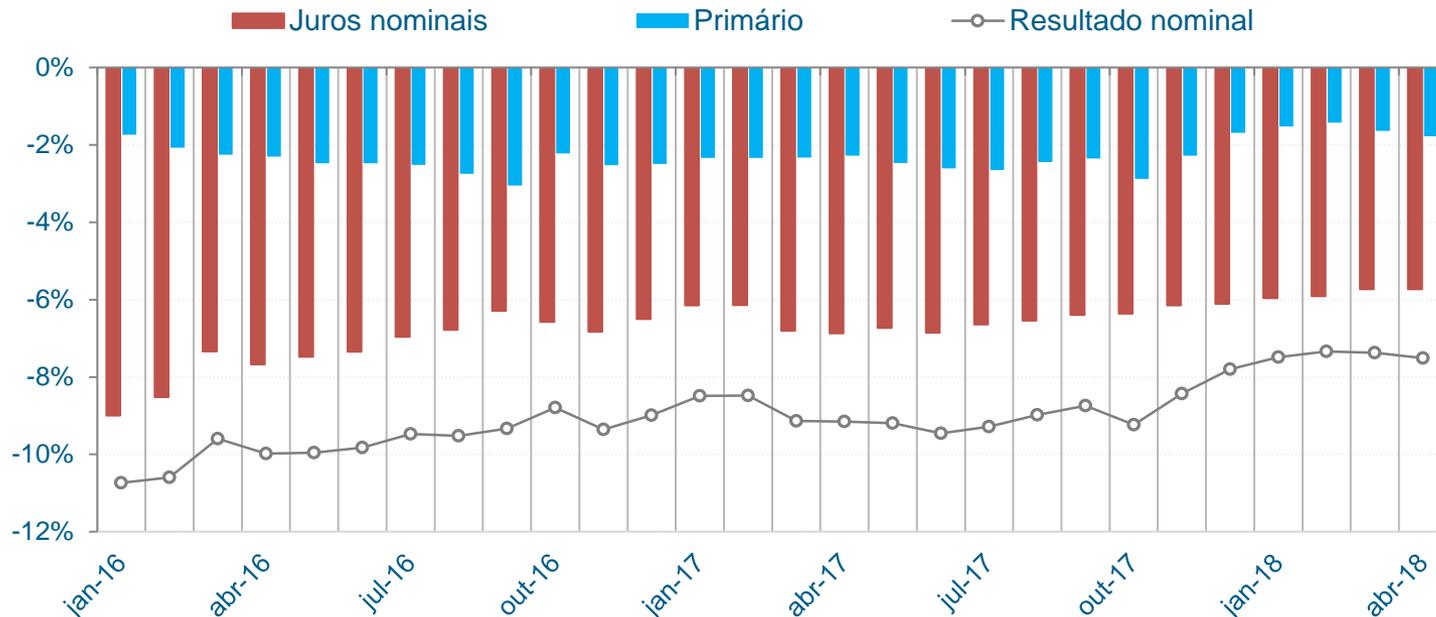
## DIFERENTES MEDIDAS PARA A DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)



Fonte: Banco Central.

- No acumulado em 12 meses, houve importante redução do déficit nominal para 7,5% do PIB (ante 9,1% do PIB em abril/17), influenciado especialmente pela retração no juro nominal.
- Também contribuiu a redução do déficit primário para 1,8% do PIB, mais ancorada no melhor desempenho do tesouro nacional do que da previdência social (RGPS).

## EVOLUÇÃO DAS NFSP DO GOVERNO CENTRAL (% DO PIB)



Fonte: Banco Central.

- Recuperação gradual da atividade tem contribuído para a melhora da arrecadação.
- Contudo, desempenho ainda é influenciado por receitas não recorrentes e pouco correlacionadas com a atividade.

## RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (EM R\$ MILHÕES E VARIAÇÃO EM TERMOS REAIS)

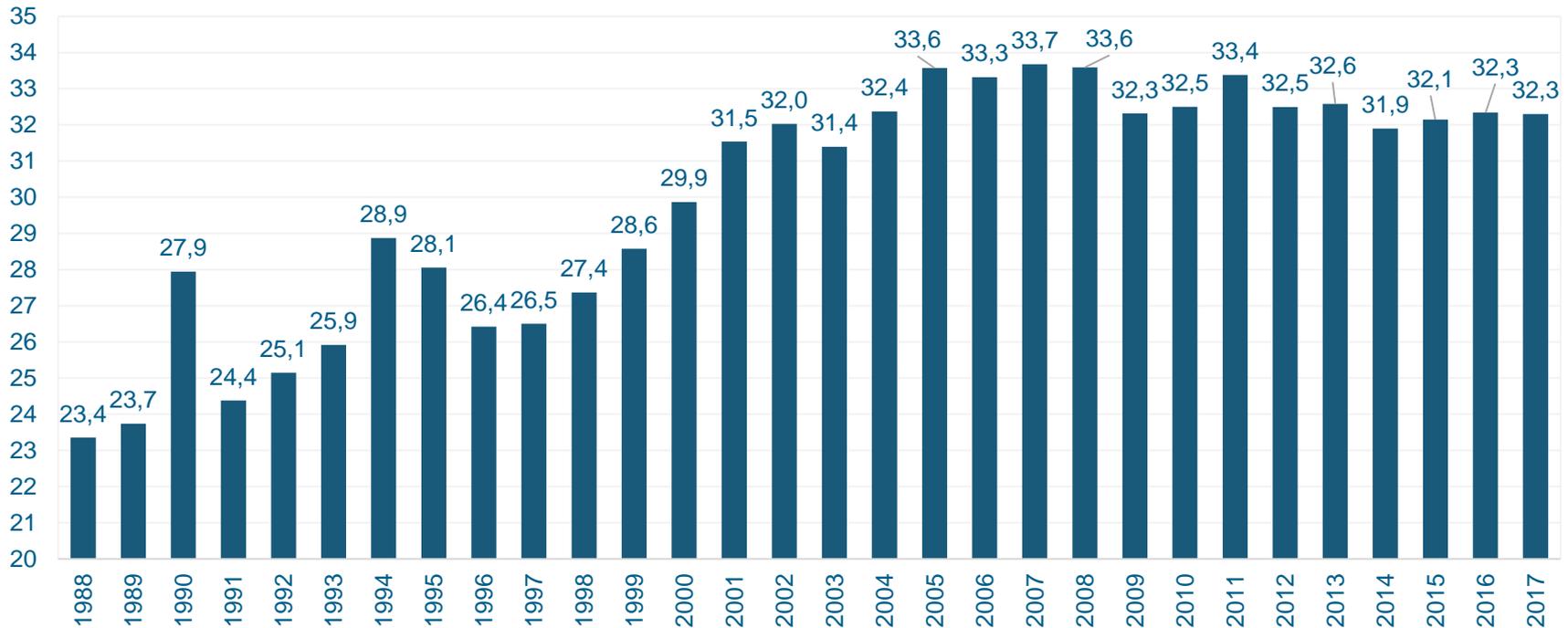
Rubricas	Mensal					Acumulado no Ano				
	Part. %	Apr-18	Apr-17	Var.	Var. %	Part. %	Apr-18	Apr-17	Var.	Var. %
Receita Bruta (A)	100.0	137,706	129,506	8,200	6.3	100.0	509,045	474,457	34,588	7.3
Administrada	61.9	85,259	79,545	5,714	7.2	65.1	331,297	302,724	28,573	9.4
Previdenciária	23.8	32,805	31,992	812	2.5	23.9	121,444	118,982	2,462	2.1
Não administrada	14.3	19,642	17,987	1,655	9.2	11.1	56,303	52,769	3,535	6.7
Transferências a E&M (B)	100.0	18,497	18,494	4	0.0	100.0	84,232	79,261	4,971	6.3
Transferências Constitucionais	81.2	15,028	15,197	-169	-1.1	79.5	67,000	63,721	3,279	5.1
Fundos Constitucionais	3.7	691	699	-8	-1.2	3.2	2,682	2,786	-105	-3.8
Salário Educação	5.2	965	961	4	0.4	5.5	4,633	4,585	48	1.0
Compensações Financeiras	7.7	1,422	1,209	213	17.6	10.5	8,870	7,060	1,810	25.6
CIDE – Combustíveis	2.0	373	407	-35	-	0.9	800	856	-56	-
Demais	0.1	18	20	-2	-8.5	0.3	247	252	-5	-1.9
Receita Líquida (C=A-B)	-	119,209	111,012	8,196	7.4	-	424,813	395,196	29,617	7.5
Despesa Total (D)	100.0	112,022	98,356	13,666	13.9	100.0	430,178	402,632	27,546	6.8
Pessoal	20.1	22,469	22,077	393	1.8	22.5	96,857	91,651	5,206	5.7
Transferência de Renda <sup>1</sup>	49.3	55,172	54,688	484	0.9	53.8	231,643	222,709	8,934	4.0
Subsídios e Subvenções (ampliado) <sup>2</sup>	3.1	3,425	3,365	61	1.8	3.0	12,960	16,237	-3,278	-20.2
Discricionárias (exceto Bolsa Família)	13.6	15,197	13,348	1,849	13.9	13.3	57,108	52,182	4,926	9.4
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0.9	1,013	864	149	17.2	0.9	3,838	3,257	581	17.8
PAC (exceto MCMV)	1.5	1,702	1,627	75	4.6	1.2	5,119	4,971	147	3.0
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0.0	24	50	-26	-51.5	0.0	117	293	-177	-60.2
Precatórios e Sent. Judiciais	9.7	10,882	186	10,696	5746.8	2.9	12,493	524	11,969	2284.1
Outras de Custeio	1.9	2,138	2,152	-14	-0.7	2.3	10,045	10,807	-762	-7.0
<b>Resultado Primário (C-D)</b>	-	<b>7,187</b>	<b>12,656</b>	<b>-5,470</b>	<b>43.2</b>	-	<b>-5,366</b>	<b>-7,436</b>	<b>2,070</b>	<b>27.8</b>
<b>Tesouro Nacional e Banco Central</b>		<b>19,347</b>	<b>24,980</b>	<b>-5,634</b>	<b>22.6</b>		<b>56,027</b>	<b>46,176</b>	<b>9,852</b>	<b>-21.3</b>
<b>Previdência Social</b>		<b>-12,160</b>	<b>-12,324</b>	<b>164</b>	<b>1.3</b>		<b>-61,393</b>	<b>-53,611</b>	<b>-7,782</b>	<b>-14.5</b>

<sup>1</sup> Transferência de renda: Benefícios Previdenciários, Abono e Seguro Desemprego, Benefícios assistenciais, Bolsa Família.

<sup>2</sup> Subsídios e Subvenções (ampliado): Agronegócio, MCMV, Compensação ao RGPS, Investimentos (PSI) e demais.

- Carta tributária terminou 2017 em 32,30%, percentual muito próximo dos 32,34% do ano anterior, o que indica manutenção da tendência de estabilidade nos últimos anos.

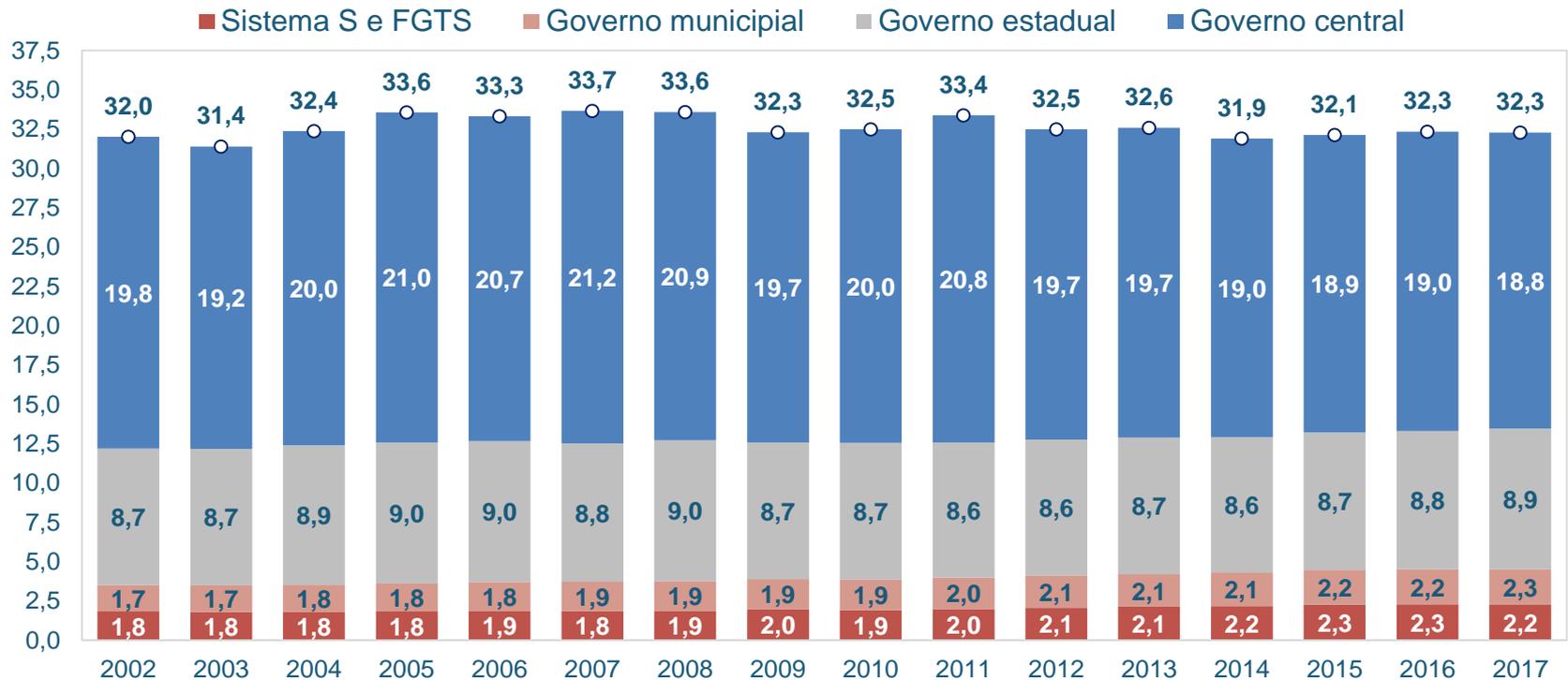
**CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA - % DO PIB 1988/2017**



Fonte: IFI. Dados disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/>

- A participação das entidades e fundos para-fiscais (Sistema S e FGTS), municípios e em menor medida estados na apropriação da receita tributária total tem aumentado, em detrimento da fatia federal.

## CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA POR NÍVEL DE GOVERNO - % DO PIB 2002/2017



Fonte: IFI. Dados disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/>

- Após 1º quadrimestre, Executivo prevê déficit primário de R\$ 152,8 bi, folga de R\$ 6,2 bi para a meta (R\$ 159,0 bi)
- Contudo, pela, projeção do governo, nível de despesas muito perto do teto impede ampliação do gasto.
- IFI projeta déficit menor, de R\$ 141,8 bi, e uma folga de R\$ 15,0 bi em relação ao teto de gastos.

## COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO – LOA X PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA X IFI (R\$ BILHÕES E % PIB)

Discriminação	2018						IFI - Decreto 9.323/18	
	LOA		Decreto 9.390/18		IFI		Valores	Dif. %
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.462,1</b>	<b>21,0</b>	<b>1.470,6</b>	<b>21,2</b>	<b>1.461,8</b>	<b>21,0</b>	<b>-8,8</b>	<b>-0,6</b>
Receita Administrada pela RFB	890,3	12,8	897,2	12,9	891,3	12,8	-5,9	-0,7
Arrecadação Líquida para o RGPS	405,3	5,8	393,8	5,7	398,4	5,7	4,6	1,2
Receitas Não Administradas pela RFB	166,5	2,4	179,6	2,6	172,0	2,5	-7,5	-4,2
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>244,2</b>	<b>3,5</b>	<b>247,6</b>	<b>3,6</b>	<b>241,7</b>	<b>3,5</b>	<b>-6,0</b>	<b>-2,4</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.217,8</b>	<b>17,5</b>	<b>1.222,9</b>	<b>17,6</b>	<b>1.220,1</b>	<b>17,5</b>	<b>-2,8</b>	<b>-0,2</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.373,4</b>	<b>19,8</b>	<b>1.375,7</b>	<b>19,8</b>	<b>1.361,9</b>	<b>19,5</b>	<b>-13,8</b>	<b>-1,0</b>
<b>IV.1 Despesas Obrigatórias</b>	<b>1.091,4</b>	<b>15,7</b>	<b>1.094,0</b>	<b>15,7</b>	<b>1.086,4</b>	<b>15,6</b>	<b>-7,6</b>	<b>-1,0</b>
Benefícios Previdenciários	596,3	8,6	592,4	8,5	588,4	8,4	-4,0	-0,7
Pessoal e Encargos Sociais	296,9	4,3	302,4	4,4	303,1	4,3	0,6	0,2
Abono e Seguro Desemprego	62,6	0,9	56,9	0,8	56,4	0,8	-0,5	-0,9
BPC	56,0	0,8	55,9	0,8	56,3	0,8	0,4	0,6
Demais	79,7	1,1	86,4	1,2	82,3	1,2	-4,1	-4,8
<b>IV.2 Despesas com controle de fluxo</b>	<b>282,0</b>	<b>4,1</b>	<b>281,7</b>	<b>4,1</b>	<b>275,5</b>	<b>3,7</b>	<b>-6,2</b>	<b>-1,2</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-155,5</b>	<b>-2,2</b>	<b>-152,8</b>	<b>-2,2</b>	<b>-141,8</b>	<b>-2,0</b>	<b>11,0</b>	<b>-7,2</b>

Fonte: Ministério do Planejamento e IFI. Elaboração: IFI.

## TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2018 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	Avaliação 2º Bi	IFI
Total de despesas primárias	1.623,4	1.595,5
Despesas não sujeitas ao teto	276,0	262,6
Despesas sujeitas ao Teto	1.347,4	1.332,9
Teto de gastos	1.347,9	1.347,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,5	15,0

Fonte: Ministério do Planejamento e IFI.

- Projeções feitas em maio pelo governo não levam em conta as medidas em resposta à greve dos caminhoneiros.
- Para o governo, medidas terão impacto de R\$ 6,2 bi em 2018 e levariam déficit previsto para R\$ 159,0 bi, igual à meta para o ano.
- A IFI projeta impacto de R\$ 7,4 bi, o que, isoladamente, elevaria nossa projeção de déficit para R\$ 149,2 bi.

## IMPACTO DAS MEDIDAS TOMADAS EM RESPOSTA À GREVE DOS CAMINHONEIROS

Impacto das medidas	Poder Executivo*	IFI	Diferença
<b>Receitas (A)</b>	-	<b>(1.086)</b>	<b>(1.086)</b>
Redução da CIDE sobre o diesel (de R\$ 0,05 para R\$ 0,00)	(4.014)	(1.600)	(1.086)
Redução do PIS/Cofins sobre o diesel (de R\$ 0,46 para R\$ 0,35)		(3.500)	
Reoneração da folha de pagamentos (Lei 13.670/2018)	834	834**	-
Redução de benefício no âmbito do Reintegra (Lei 13.043/2014)	2.270	2.270**	-
Redução de benefício no IPI incidente sobre refrigerantes	740	740**	-
Extinção de benefício no âmbito do Reiq (Lei 10.865/2004)	170	170**	-
<b>Despesa (B)</b>	<b>6.200</b>	<b>6.300</b>	<b>100</b>
Aumento de despesa com subvenção à comercialização do diesel (MP 839/2018)	9.500	9.600	100
Redução compensatória de despesas (MP 839/2018)	(3.300)	(3.300)***	-
<b>Impacto líquido (C=B-A)</b>	<b>6.200</b>	<b>7.386</b>	<b>1.186</b>
<b>Projeção de resultado primário antes das medidas (D)</b>	<b>152.800</b>	<b>141.800</b>	<b>(11.000)</b>
<b>Projeção de resultado primário após as medidas (D+C)</b>	<b>159.000</b>	<b>149.186</b>	<b>(9.814)</b>

Fonte: IFI, Ministério da Fazenda e imprensa ([https://glo.bo/2\]h3rRE](https://glo.bo/2]h3rRE)).

\* Os dados do Poder Executivo foram coletados, em sua maioria, por meio de notícias veiculadas na imprensa.

\*\*Enquanto não forem explicitadas pelo Ministério da Fazenda as metodologias de cálculo dessas renúncias, adotaremos os mesmos valores do Poder Executivo.

\*\*Adotamos o cancelamento de despesas primárias indicado em anexo à Medida Provisória 839/2018.